



O QUE ESTÁ EVIDENTE NAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Muito embora o cenário brasileiro seja de descaso, violência e desrespeito aos povos indígenas, há muita força, resistência e esperança na luta em defesa de seus direitos. Assim foi conduzido o primeiro ano do projeto “Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes”.

Em 2016, a análise da conjuntura indígena apontava graves mudanças na legislação. Os povos ficaram desprotegidos e expostos à ação de invasores, ávidos pelas terras e seus recursos naturais. Na região do médio rio Solimões, as violações apontadas pelos indígenas são a exploração da madeira, caça, pesca, pecuária e mineração, tanto em áreas demarcadas quanto fora delas, e a ausência ou descaso de políticas públicas específicas

Este ano, a situação se agrava. O enfraquecimento da fiscalização e a CPI da FUNAI e INCRA feita pela bancada ruralista, concluída em maio, permitem mais ataques e violências. Segundo a CPT, no primeiro semestre de 2017 foram mais de 40 mortes em conflitos no campo. Para Dom Murilo Krieger, vice-presidente da CNBB, "desde que a CPI começou a funcionar, aqueles que quiseram ocupar mais terras utilizaram mais violência para isso, pois a CPI só deu voz para quem era contra os indígenas, não sentenciou fazendeiros. Eles querem mostrar que os índios não têm direitos e que suas terras podem virar fazendas".

Parece que o Poder Judiciário, também, pensa assim.

Recentemente, o Tribunal Regional Federal da 4ª região anulou três portarias do Ministro da Justiça que havia declarado posse tradicional das terras do povo Guarani, em Santa Catarina. Uma ação próxima de uma das intenções da PEC 215, que prevê o Marco Temporal para o reconhecimento da ocupação tradicional indígena. Com ele, só poderão ser consideradas terras tradicionais aquelas que estavam sob posse dos indígenas até 5 de outubro de 1988, data da Constituição Federal, sem considerar a expulsão de grupos indígenas de suas terras tradicionais por conflitos fundiários ou por ações da ditadura militar.

Sem terra demarcada, as populações indígenas ficam também sem políticas públicas específicas. Saúde e educação principalmente, pois os poderes públicos e muitos de seus servidores, além de não reconhecer o direito, atendem os indígenas com discriminação.

Contudo, a esperança e a resistência não esmorecem. O documento escrito no Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília, traduz o sentimento de luta dos povos indígenas brasileiros, em especial, da região do médio rio Solimões: “Reafirmamos que não admitiremos as violências, retrocessos e ameaças perpetrados pelo Estado brasileiro e pelas oligarquias econômicas contra nossas vidas e nossos direitos. Conclamamos a todos a se unir à luta dos povos originários pela defesa dos territórios tradicionais e da mãe natureza, pelo bem estar de todas as formas de vida”.



Caminhada na Semana dos Povos Indígenas 2017, em Itamarati.
Foto: Francisco Amaral.



Caminhada na Semana dos Povos Indígenas 2017, em Japurá.
Foto: Edvard Bezerra.

Realização:

Apoio:



Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva de Caritas de Tefé e CIMI Tefé, não podendo, em caso algum, considerar que reflita a posição da União Europeia.

Mutirão em defesa de direitos: A força do conjunto

Os Mutirões em Defesa de Direitos trazem o poder público para as aldeias e criam um espaço de diálogo e negociação.

Em abril aconteceu o Mutirão dos povos Deni, Kanamari e Kulina, das aldeias Terra Nova, Morada Nova, Boiador, Itaúba, Santa Luzia, Flexal e São João do Kurabi, com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar de Itamarati, Secretaria Municipal de Educação e Polo Base de Saúde Indígena (o enfermeiro em área). As violações de direitos que sofrem e as Reivindicações que fazem foram relatadas em uma Carta Aberta. Os órgãos presentes apoiaram a luta e se comprometeram em levar a Carta para suas instâncias.



Mutirão em defesa de direitos em Itamarati.
Foto: Fábio Pereira.

Oficinas político-jurídicas: Conhecer para se fortalecer

O que são direitos civis, políticos e humanos? Quais são os direitos fundamentais e como eles foram criados? Quais as leis que amparam os direitos indígenas? Essas são as perguntas que dão a base das discussões das oficinas político-jurídicas. Elas trazem conhecimentos dos direitos e da legislação indígena.



Oficina político-jurídica em Japurá. Foto: Edvarde Bezerra.

Os povos Kanamari, Miranha e Maku Nadëb, dos municípios de Maraã e Japurá, participaram deste aprendizado. Foram 60 homens e 23 mulheres que trocaram ideias e opiniões sobre políticas indígenas e os meios jurídicos para acessar as leis.

Acompanhamento e articulação nas aldeias

As visitas de articulação e acompanhamento aconteceram em Japurá, nas aldeias Jutaí, Jeremias e Nova São Joaquim; em Maraã: Patauá, São Francisco, Araucá, Jubará e São Pedro; em Itamarati: Morada Nova, Boiador, Itaúba, Santa Luzia, Flexal e São João do Kurabi. Em Tefé, a aldeia visitada foi Porto Praia de Baixo, que recebeu lideranças de Boara e Boarazinho. Esses momentos são de integração e fortalecimento da organização interna das aldeias, pois promove diálogo e colaboração entre as aldeias.



Acompanhamento na aldeia Jutaí, em Japurá.
Foto: Edvarde Bezerra.

Semana dos Povos Indígenas: tempo de reafirmação de direitos

Palestras e rodas de conversas nas escolas, entrevistas nas rádios, caminhadas, exposição de artesanatos, comidas típicas, apresentações culturais e músicas indígenas mostraram a diversidade do jeito de SER e VIVER indígenas, durante a Semana dos Povos Indígenas, nas cidades de Tefé, Itamarati, Carauari e Japurá.

Políticas públicas também foi tema de debates com a Secretaria de Educação, Coordenação de



Semana dos Povos Indígenas – Tefé. Foto: Raimundo Freitas.

Educação, Escolar Indígena, UNIPI-MSA, Coordenação Municipal de Assuntos Indígenas, Secretarias do Interior e Produção, FUNAI e SESAI. Mais de 500 indígenas dos povos Deni, Kanamari, Tikuna Kokama, Kambeba, Maku Nadëb, Mayoruna, Miranha e Madja Kulina foram às ruas das cidades pedir o apoio de todos para a luta contra a mercantilização de direitos e expropriação de seus territórios



Semana dos Povos Indígenas – Tefé. Foto: Raimundo Freitas.

Incidência Política: a força indígena na defesa dos direitos

Nas reuniões em Itamarati e Japurá, os órgãos que aceitaram o convite para conversar com os indígenas tiveram o compromisso de ajustar as suas ações às demandas das comunidades. Em Itamarati, as associações Aspodex, dos Deni, e Aspotax, dos Kanamari, conversaram sobre políticas públicas para produção agrícola, soberania alimentar (assistência técnica, escoamento da produção e diversificação de cultura), com a Secretaria Municipal Meio Ambiente e a Gerência local do IDAM. E, em Japurá, os temas debatidos pelos Maku Nadëb com as Secretarias de Educação, Saúde e Meio Ambiente, Coordenação Indígena, Prefeitura e Câmara Municipal foram educação escolar indígena, saúde diferenciada, infraestrutura das aldeias e fiscalização do território



Incidência política em Japurá. Foto: Edvarde Bezerra.

Já em Brasília, o assunto foi território, educação escolar indígena e saúde. A delegação formada pelos indígenas Jó dos Anjos Samias Kokama, Amavi Minu Deni, Wanem Kanamari, Cinezio Pereira Maku Nadëb e Benaia da Silva Vieira Miranha, acompanhados pela educadora Márcia Borges e assessores do CIMI Nacional, participaram de audiências com a FUNAI, SESAI e Coordenação de Educação Escolar Indígena do MEC.

As políticas nacionais para os povos indígenas são de retrocesso aos direitos, mas a visibilidade e a força adquirida na incidência política foi um importante resultado para os povos da região.



Delegação da incidência política em Brasília. Foto: Acervo CIMI Tefé.

Estudo de caso: histórias reais

O objetivo de um estudo de caso é entender a realidade. Ele se transforma em um documento que dá sustentação no diálogo com o poder público, mostrando que ele deve assumir suas responsabilidades nas políticas indigenistas.

O primeiro estudo de caso do projeto foi feito com os povos Kokama e Kambeba, das comunidades de Porto Praia de Baixo, Boarazinho, Boará e Boará de Cima, em Tefé. Os tuxauas Valtulino Gomes Pacaio Kambeba, da aldeia Boarazinho, Anilton Braz Kokama, da aldeia Porto Praia de Baixo e Jó dos Santos Samias Kambeba, aldeia Boará de Cima, e o senhor Miguel Penha Kokama, da aldeia Porto Praia de Baixo, um dos fundadores da comunidade, contaram as histórias de migração de suas famílias para o lugar onde vivem, como chegaram e como construíram suas comunidades. Essas histórias mostram que as reivindicações destes dois povos são legítimas, pois seus direitos estão garantidos pela sua ancestralidade.

Oficina de Gestão: avaliar para avançar

Para garantir o bom andamento do projeto, como previsto, foi realizada a oficina de planejamento, monitoramento e avaliação. Seu objetivo é fortalecer a capacidade das equipes que implementam o projeto. Assim, com participação, a execução das atividades recebe orientações importantes que conduzem a um alcance positivo dos resultados previstos. Em junho foi realizada a segunda Oficina de Gestão com a presença da coordenação e educadores do projeto, das assessorias e da equipe da CAFOD. Também participaram dois indígenas, Amavi Minu Deni e Wanen Kanamari, que trouxeram importantes contribuições e testemunhos de que as ações têm fortalecido o público envolvido.



Oficina de gestão. Planejamento, monitoramento e avaliação.
Foto: Satya Caldenhof.

Oficina de comunicação: imagens do projeto

Está previsto para o final do projeto, a produção de um vídeo documentário, onde estejam registradas as problemáticas, os anseios e a cultura dos povos que o projeto está abraçando. O vídeo contará com a participação das organizações e comunidades indígenas para registrar informações e formas de manifestações política, civil e culturais.

Com o objetivo de aprimorar os conhecimentos em captação de imagens, técnicas de entrevista e redação, produção de vídeo, formas e abordagens dos conteúdos, foi realizada uma Oficina de Comunicação. Participaram a equipe de educadores, as organizações indígenas, UNIPI-MSA, Conselho Indígena de Japurá- CIJA, Associação do Povo Deni do Rio Xerua - ASPODEX e Associação do Povo Takunã do Rio Xerua - ASPOTAX.



Oficina de comunicação - vídeo participativo. Foto: Lígia Apel.

QUER ENTRAR NO MUTIRÃO? FALE COM A GENTE!

O projeto Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes é realizado pela Cáritas e CIMI Tefé.

Recebe apoio técnico e financeiro da Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional, CAFOD, da Inglaterra, e financeiro da União Europeia.

Coordenação: Raimundo Nonato.

Equipe de educadores: Nelma Catulino, Francisca Cardoso, Fábio Pereira, Fabiana Caresto, Francisco Amaral, Marcia Borges e Edvarde Bezerra.

Assessorias: Chantelle Teixeira (jurídica), Lígia Apel (comunicação) e Satya Caldenhof (gestão).

Texto e arte final: Lígia Kloster Apel

Contatos:

Cáritas Tefé: (97) 3343-2775 - caritastefe@gmail.com

CIMI Tefé: (97) 3343-2544 - cimitefe@gmail.com

Visite nossa página no facebook:

<https://www.facebook.com/caritasecimitfeamazonas>